

Uma reforma econômica que está dando certo. Na China.

Estimula-se o lucro. E o país se abre ao investimento estrangeiro.

— As empresas tornaram-se muito mais vigorosas, passaram a lucrar mais, a decidir. Os lucros são devidos à boa gestão. E os preços oscilam conforme a oferta e a procura.

As afirmações não são de uma autoridade econômica brasileira, um país de economia mista, que alterna o capitalismo estatal com o capitalismo privado. Mas sim de representantes econômicos do segundo maior Estado socialista do mundo, a China continental. Foram feitas ontem pela manhã na Fipe-USP por Wang Yong-zhi, que dirigiu importantes institutos de pesquisa no país, e é membro, atualmente, do Conselho de Associação para o Plano Chinês, a Associação de Administração de Negócios da China, a Associação do Trabalho da China, sendo ainda vice-presidente da Associação dos Preços de Pequim e outras organizações. Yong-zhi e o economista Dong Wen-jun, membro do Conselho Econômico da Universidade de Pequim, conversaram durante três horas com jornalistas econômicos de São Paulo, a convite do professor Carlos Antonio Rocca, presidente do Conselho Curador da Fipe.

O tema central do encontro foi a reforma econômica chinesa, que ganhou dimensão nos últimos três anos, embora tivesse começado na década passada. E a conversa tem aspectos surpreendentes para o Brasil: afinal, descreveram os economistas, lá se combate a ineficiência da burocracia, estimula-se o lucro, abre-se o país para investimentos estrangeiros, promove-se o hábito da poupança e das aplicações financeiras. O mercado de capitais é estimulado nas regiões especiais, como Xangai. E Hong Kong, que voltará ao domínio chinês na próxima década, é vista como um centro internacional de finanças, indústria e comércio da maior relevância para o regime de Pequim: "É alto o peso de Hong Kong para a China. O desenvolvimento industrial de Hong Kong relaciona-se diretamente com as importações e exportações chinesas. Os negócios ali desenvolvidos beneficiam a ambas as partes" — segundo Yong-zhi.

Desenvolvimento

A China, com um bilhão e 60 milhões de habitantes, tem um produto nacional bruto de US\$ 253 bilhões, um pouco inferior aos US\$ 271,4 bilhões estimados para o Brasil em 1986. A renda per capita chinesa, portanto, corresponde a 1/8 da brasileira, e seus economistas a estimam, com base em dados que deflacionam o valor do dólar norte-americano, em US\$ 253 em 1986. Só que a distribuição de renda não é boa: a renda urbana per capita foi de US\$ 340 no ano passado, enquanto a rural atingiu somente



US\$ 88. Apesar disso, o balanço dos economistas Yong-zhi e Wen-jun é favorável. O crescimento da renda na agricultura foi de 250% entre 78 e 86, muito superior aos 100% obtidos pela renda urbana. E os agricultores, numa proporção calculada em 95% pelos representantes chineses, estão mais satisfeitos e apoiam a reforma, na qual Wen-jun é um especialista.

Entre 78 e 86, o produto bruto chinês passou de US\$ 94 bilhões para US\$ 253,5 bilhões. E a inflação, que atingira em média 3,8% ao ano entre 78 e 85, passou a 5,93% em 86, consequência de um grave desequilíbrio econômico: a China teve um déficit comercial de US\$ 12 bilhões, resultado de exportações de US\$ 30,9 bilhões e importações de US\$ 42,9 bilhões. Os economistas, também aí, consideram que o déficit não é tão grave. Ele foi combatido com uma desvalorização cambial de 16,8% (a expressão usada foi de "1/6 do valor da moeda") e, principalmente, com o controle de importações. "O déficit comercial pode ser resolvido rapidamente" — disse Yong-zhi. "Ele deveu-se principalmente à importação de aço em excesso, o que está ligado ao excesso de investimentos nos últimos anos. Tudo isto, por sua vez, está ligado à nossa idéia de acelerar o mais rapidamente possível o desenvolvimento industrial. A partir de 85, passou a haver uma atenção especial com o problema."

Produção agrícola

Descoletivização, menor parcela da produção a ser vendida compulsoriamente ao governo, duplicação dos preços agrícolas e estímulo às vendas do excedente agrícola por conta própria estiveram na raiz do aumento da oferta na China. Entre 78 e 86, a produção de cereais passou de 30,4 para 39 milhões de toneladas; de algodão, de 21,6 para 35,4 milhões de toneladas (após um pico de 62,5 milhões em 84); e de oleaginosas, de 52,1 para 147,3 milhões em 86 (contra 119 milhões em 84).

— Noventa por cento das famílias de agricultores já constituem unidades agrícolas independentes — observou Wen-jun. E 10% trabalham nas fazendas estatais, em equipes ou grupos. As empresas agrícolas somam 10,4 milhões e a renda evoluiu em seis anos de US\$ 35 para US\$ 88 per capita.

E no que se transformam os excedentes? Os chineses investem na casa, em bens de consumo, em adubos e máquinas-ferramenta, em turismo. E, finalmente, aplicam em depósitos de poupança, cuja renda anual é de 7,2%. "Com a poupança — nota Yong-zhi — podem construir uma pequena fábrica. Não estabelecemos nenhuma medida restritiva aos agricultores. E os estimula-

mos a que façam investimentos em outros setores."

Exemplos

O Brasil pode aproveitar-se dos exemplos chineses. Lá, a poupança financeira multiplicou-se por dez desde 78. Hong Kong, que voltará ao domínio chinês, constituiu um centro financeiro off-shore uma verdadeira ilha do capitalismo financeiro a somente 13 quilômetros de Cantão e com cerca de cinco milhões de habitantes, a maioria absoluta chineses que ali encontram melhores condições de trabalho. E a reforma agrícola representa um expressivo apoio ao trabalho individual ou familiar. Também na organização das atividades estatais, a China busca mais eficiência:

1) a produção industrial controlada diretamente pelo Estado declinou de 80% em 78 para 40% em 1986;

2) há 2.645 empresas de capital misto (chinês e estrangeiro); 4.075 com contratos com estrangeiros, em especial de aporte tecnológico; 130 somente de capital estrangeiro; e 36 companhias voltadas para a exploração de petróleo na plataforma submarina;

3) há um declarado esforço em reduzir o poder da burocracia, descentralizando atividades, fortalecendo pequenas empresas locais, demitindo funcionários "que não merecem o cargo ou não trabalham" segundo Young-zhi, como o ministro das Florestas afastado após um grande incêndio no Nordeste chinês;

4) afastados, os funcionários tem o equivalente a seis meses de aviso prévio, e o desemprego (lá designado como "taxa das pessoas que esperam emprego") é estimado em 2%; os investimentos educacionais equivalentes a 12% do Orçamento Fiscal em 86 (US\$ 7,2 bilhões), com destaque para os operários especializados, até porque a especialização se atrasou com a Revolução Cultural da época Mao Tse-tung.

Preservação da propriedade pública, busca do enriquecimento em comum, mecanismos de mercado sob controle do Estado, abertura aos estrangeiros, ampliação do poder de autodecisão das empresas estatais e luta contra a burocracia ineficiente são objetivos declarados do governo chinês. Na prática, porém, isto é procurado com estímulos à capitalização e prêmios ao esforço individual. Além disso, "o enfraquecimento da burocracia na China dá-se com o objetivo de criar entusiasmo nas massas populares", como afirmou Yong-zhi.